



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o quadrinho para responder às questões de números 01 e 02.



(Rubens Bueno. *Ivo viu a uva*. www.ivoiviauva.com.br, 15.05.2021)

01. Considerando que “flashback” significa “retorno rápido ao passado”, assinale a alternativa em que corretamente se explica o quadrinho.

- (A) O diretório acadêmico alterará os preços das bebidas durante a própria festa, como acontecia nos anos 80.
- (B) O preço da entrada da festa sofreu alteração de acordo com a inflação acumulada nos últimos 40 anos.
- (C) O emprego de uma palavra estrangeira para nomear a festa dá-se porque se usavam muitos estrangeirismos nos anos 80.
- (D) Os organizadores do evento valeram-se de um fenômeno econômico para dar mais verossimilhança ao tema da festa.
- (E) O inconformismo dos personagens devido à abrupta mudança de preço reproduz a indignação dos brasileiros nos anos 80.

02. Uma resposta para a pergunta feita no quadrinho que está em conformidade com a norma-padrão é:

- (A) É o flashback do qual nos remete à inflação dos anos 80.
- (B) É que era assim a inflação por que as pessoas passavam na época.
- (C) É porque essa é inflação de que nos encontramos imersos nos anos 80.
- (D) É o flashback da inflação com que pessoas vivenciaram na época.
- (E) É que é o flashback da inflação na qual experimentamos nos anos 80.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 08.

Deus, ou alguém por Ele, me poupou de uns tantos pesadelos. É nisso que penso enquanto o camarada à minha frente, com incontida excitação, vai fazendo o pormenorizado relato de sua batalha para alugar apartamento. Já estive em duas dúzias de endereços, contabiliza, e em outros tantos pretende estar, pois em cada um achou defeito. Longe de se lamentar, está feliz. À beira da euforia, parece governado pela convicção de que o bom não é achar, é procurar. Prazer que exige dele ver imperfeição onde não tem.

Respeitemos o time dos que procuram na esperança de não encontrar – de certa forma aparentados com aqueles que inventam pretexto para estar o tempo todo reformando a casa. São, uns e outros, meus antípodas¹. A simples ideia de empreender uma reforma me levaria a buscar um novo pouso – se também essa perspectiva não me trouxesse pânico. Problema da minha exclusiva terapia, eu sei. E, a esta altura da vida, já não há divã que dê jeito na fobia imobiliária de quem jamais se lançou numa peregrinação em busca de poleiro.

No entanto, ciente das minhas dificuldades nesse particular, houve um dia, meio século atrás, em que, com poucos meses de São Paulo, e pendurado ainda na generosidade do casal que me acolheu de mala e cuia, achei que era hora de providenciar cafofo próprio.

Caiu do céu uma proposta para dividir apartamento com um colega. É bem verdade que o edifício ainda não estava concluído e talvez fôssemos ali, o Sérgio e eu, os únicos moradores, pois não me lembro de vizinhos. Se mais gente veio, foi para o mesmo apartamento, de apenas um quarto e sala microscópica, mas onde, em dado momento, se espremeram quatro rapazes, todos do ramo jornalístico. E nem a nossa juventude explicaria a indiferença coletiva ante o fato de não haver ali uma geladeira, por miúda que fosse, para tantos bebedores de cerveja. Fogão havia, mas ocioso, pois nenhum de nós fritava um ovo.

Teria ficado indefinidamente em tal moquiço², se um dos comparsas, exasperado, não me houvesse proposto alugar coisa menos deprimente. _____ mais dois apartamentos, ambos excelentes, que também não foi preciso garimpar. O mesmo se diga de um terceiro, o atual, no qual estou _____ quase 28 anos e do qual não pretendo arredar pé – a não ser que o referido pé já não _____ conta dos 24 degraus que me trazem a este primeiro andar.

(Humberto Werneck. *Fobia imobiliária*.
www.estadao.com.br, 02.10.2020. Adaptado)

¹ antípoda: aquele tem característica oposta.

² moquiço: habitação rústica, desprovida de conforto.

03. Segundo a norma-padrão de concordância verbal, as lacunas do texto são completadas, correta e respectivamente, por:

- (A) Existiu ... há ... dá
- (B) Existiram ... tem ... dão
- (C) Houve ... faz ... dê
- (D) Houveram ... há ... deem
- (E) Tem ... fazem ... desse

04. De acordo com informações presentes no texto, é correto afirmar que
- (A) o autor do texto incita seu leitor a repudiar quem sente prazer em mudar constantemente de residência.
 - (B) as questões de ordem habitacional são enfadonhas para o autor, que as contorna a partir de suas relações.
 - (C) a ojeriza do autor por visitas imobiliárias não impediu que se lhe manifestasse a vontade de ter mais conforto.
 - (D) o autor só conseguiu viver em uma casa tão pequena quanto lotada devido à sua pouca idade à época.
 - (E) a alegria de um conhecido do autor em contar sua busca por casa contrasta com a ausência de detalhes em seu relato.
05. O trecho “Deus, ou alguém por Ele, me poupou de uns tantos pesadelos” (1º parágrafo) pode ser explicado, segundo o que se afirma no texto, pela passagem:
- (A) Respeitemos o time dos que procuram na esperança de não encontrar. (2º parágrafo)
 - (B) A simples ideia de empreender uma reforma me levaria a buscar um novo pouso... (2º parágrafo)
 - (C) Caiu do céu uma proposta para dividir apartamento com um colega. (4º parágrafo)
 - (D) ... o mesmo apartamento, de apenas um quarto e sala microscópica... (4º parágrafo)
 - (E) Fogão havia, mas ocioso, pois nenhum de nós fritava um ovo. (4º parágrafo)
06. Assinale a alternativa em que vocábulo destacado foi empregado, no contexto em que se encontra, em sentido figurado:
- (A) ... vai fazendo o pormenorizado relato de sua **batalha** para alugar apartamento. (1º parágrafo)
 - (B) Já estive em duas dúzias de endereços, **contabiliza**, e em outros tantos... (1º parágrafo)
 - (C) ... aqueles que inventam **pretexto** para estar o tempo todo reformando a casa. (2º parágrafo)
 - (D) No entanto, ciente das minhas **dificuldades** nesse particular, houve um dia... (3º parágrafo)
 - (E) ... se um dos comparsas, exasperado, não me houvesse proposto alugar coisa menos **deprimente**. (5º parágrafo)
07. O acréscimo de uma vírgula mantém a correção gramatical no trecho:
- (A) ... vai fazendo o pormenorizado relato, de sua batalha para alugar apartamento.
 - (B) ... de certa forma, aparentados com aqueles que inventam pretexto para estar o tempo todo...
 - (C) A simples ideia de empreender uma reforma, me levaria a buscar um novo pouso...
 - (D) É bem verdade que, o edifício ainda não estava concluído e talvez fôssemos ali, o Sérgio e eu...
 - (E) E nem a nossa juventude, explicaria a indiferença coletiva ante o fato de não haver ali uma geladeira...
08. No trecho “Problema da minha exclusiva terapia, eu sei. **E**, a esta altura da vida, já não há divã que dê jeito na fobia imobiliária...” (2º parágrafo), o vocábulo **E**, em destaque, pode ser substituído, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, por:
- (A) Como
 - (B) Embora
 - (C) Mas
 - (D) Pois
 - (E) Porque
09. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.
- (A) alugar apartamento (aluga-o).
 - (B) respeitemos o time (respeitemo-lhe).
 - (C) inventam pretexto (inventam-o).
 - (D) empreender uma reforma (empreendê-la).
 - (E) trouxesse pânico (trouxesse-lhe).
10. Assinale a alternativa em que a frase está correta quanto à regência e ao emprego do acento indicativo de crase.
- (A) O jovem jornalista chegou imaginar que ficaria um tempo à casa dos amigos, mas não tanto.
 - (B) A sua rotina em uma das casas em que morou limitava-se à beber cerveja com seus colegas.
 - (C) A compulsão em procurar não deve se sobrepor à vontade em achar um lugar para morar.
 - (D) Quem procura apartamento necessita de um pouco de sorte e estar aberto à perambulação.
 - (E) Qualquer imóvel está sujeito à problema, o que significa que será difícil encontrar um perfeito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A respeito do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Há previsão positivada, na ordem jurídica brasileira, de controle jurisdicional abstrato preventivo.
 - (B) O controle principal é, via de regra, de natureza abstrata, mas pode, excepcionalmente, ter natureza concreta.
 - (C) O único instrumento jurídico hábil a combater a omissão inconstitucional é a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - (D) A alteração da realidade fática não é capaz de tornar inconstitucional norma que, em princípio, considerava-se como constitucional.
 - (E) Um artigo não pode ter uma parte inconstitucional e outra parte considerada constitucional.
12. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), assinale a alternativa correta.
- (A) A arguição incidental constitui um incidente de inconstitucionalidade, que tem por objeto qualquer ato do Poder Público e ser suscitada, de ofício, pelo órgão judicial responsável pelo julgamento do caso.
 - (B) Caso o Supremo Tribunal Federal admita a arguição incidental, o processo que a originou será suspenso por 120 dias.
 - (C) Para que a ADPF seja admitida, é necessária a comprovação da existência de controvérsia judicial relevante, por meio de decisões divergentes de pelo menos dois tribunais diferentes.
 - (D) Assim como se dá no âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, o direito municipal não pode ser objeto de ADPF.
 - (E) Tanto a arguição autônoma quanto a incidental podem ter por objeto qualquer ato do Poder Público, inclusive anteriores à Constituição, administrativos e jurisdicionais.
13. Considere que a Constituição do Estado X reproduziu com exatidão as regras a respeito das imunidades parlamentares presentes na Constituição Federal, de forma a equiparar as imunidades formal e material dos membros do Congresso Nacional aos dos parlamentares estaduais.
- Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a equiparação é inconstitucional, pois só o constituinte originário possui competência para tratar desta matéria.
 - (B) a previsão é inconstitucional, na medida em que a União possui a competência privativa para legislar sobre as prerrogativas dos agentes políticos.
 - (C) em decorrência da observância ao princípio republicano, considera-se constitucional a norma do constituinte derivado.
 - (D) em decorrência da observância ao princípio republicano, considera-se constitucional a norma do constituinte derivado.
 - (E) a equiparação é apenas parcialmente constitucional, pois apenas a imunidade formal dos membros do Congresso Nacional pode ser estendida aos deputados estaduais.
14. Considere que o Projeto de Lei nº 1.234/2023, de iniciativa do Governador do Estado Y, disciplina o regime jurídico e a remuneração dos servidores públicos do Estado na área da saúde. Quando da tramitação do projeto na Assembleia Legislativa, uma emenda parlamentar instituiu gratificações, previu a obrigação para realizar concursos públicos a cada dois anos, além de definir percentual de cargos comissionados e fixar novos critérios para aumentos na remuneração. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a emenda parlamentar é inconstitucional, uma vez que não é permitido a propositura de alterações em projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.
 - (B) como o Projeto de Lei nº 1.234/2023 trata de matéria que não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a emenda parlamentar é constitucional.
 - (C) como a emenda parlamentar acarreta aumento de despesa e não guarda estrita pertinência com o objeto da proposta original, ainda que trate da mesma matéria, é inconstitucional.
 - (D) o Projeto de Lei é inconstitucional, pois compete privativamente ao Presidente da República dispor sobre os servidores da área de saúde, uma vez que vinculados ao SUS.
 - (E) a emenda parlamentar é constitucional, uma vez que está em total conformidade com o disposto na Constituição Federal.

- 15.** A respeito das Comissões, de acordo com o disposto na Constituição Federal, durante o recesso
- (A) haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo.
 - (B) duas Comissões serão formadas, cada uma representando uma das Casas do Congresso Nacional, escolhidas pelo Presidente das respectivas Casas.
 - (C) apenas haverá a formação de comissão se surgir assunto relevante e urgente no período.
 - (D) haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, escolhida pelo Presidente do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.
 - (E) duas Comissões serão formadas, escolhidas pelo Presidente do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.
- 16.** Considere que José é proprietário de um imóvel urbano de 50 m² e há cinco anos ininterruptos possui como seu, sem oposição, área de terra de 50 hectares em zona rural, estabelecendo nela sua moradia e a utilizando para trabalhar, por meio da plantação de milho. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) para adquirir a propriedade do imóvel rural, José precisa comprovar que ele se enquadra no tamanho do módulo rural estabelecido no Plano Diretor do município.
 - (B) José não poderá adquirir a propriedade do imóvel rural, pois a área é superior ao previsto no texto da Constituição.
 - (C) já que José não tem outro imóvel rural e como tornou a terra produtiva, fazendo nela sua moradia, atendeu todos os requisitos estabelecidos e poderá adquirir a propriedade.
 - (D) como José utiliza a propriedade para plantar monocultura, tal fato impede que a função social seja cumprida, e, por isso, ele não poderá adquirir a propriedade da terra.
 - (E) já que José é proprietário de um imóvel urbano, ainda que de tamanho inferior a 250 m², isso impede que ele adquira a propriedade da área rural.
- 17.** De acordo com a Constituição Federal, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa é da competência
- (A) do Poder Judiciário.
 - (B) exclusiva do Congresso Nacional.
 - (C) privativa da Câmara dos Deputados.
 - (D) exclusiva do Senado Federal.
 - (E) da Comissão de Constituição e Justiça.
- 18.** Considere que a Lei Estadual nº 3.456/2022, de iniciativa parlamentar, sancionada expressamente pelo Governador do Estado, obriga hospitais públicos a criarem uma sala de descompressão para ser utilizada por enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a Lei Estadual nº 3.456/2022 é
- (A) constitucional, pois como aborda matéria sanitária, a competência é concorrente entre União e Estados.
 - (B) inconstitucional, pois abrange a política de proteção e defesa da saúde, matéria de competência privativa da União.
 - (C) constitucional, na medida em que abrange matéria de competência exclusiva dos Estados.
 - (D) inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e também a competência do Chefe do Poder Executivo para regular relação com seus próprios servidores.
 - (E) inconstitucional apenas porque competiria ao Chefe do Poder Executivo Estadual a iniciativa da lei, e sua sanção posterior não é capaz de sanar o vício.
- 19.** Assinale a alternativa que contempla apenas os elementos que em regra são considerados essenciais do Estado Federal.
- (A) As unidades da Federação devem ser dotadas de soberania.
 - (B) A permissão da dissolução da Federação, quando atestado estado de grave insegurança institucional.
 - (C) O Estado Federal é formado, pelo menos, pela União e por Estados-membros.
 - (D) A Constituição Federal pode ser dispensada, desde que leis esparsas tenham sido regularmente aprovadas.
 - (E) Dispensa-se a participação dos Estados-membros na formação e no exercício da vontade federal.

20. A respeito da Ordem Social, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal.
- (A) O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 3 salários mínimos.
 - (B) Autoriza-se a destinação de recursos públicos para subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que haja interesse público comprovado.
 - (C) Em caráter excepcional os serviços da seguridade social poderão ser criados sem a correspondente fonte de custeio total.
 - (D) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
 - (E) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

21. Em uma situação hipotética na qual um juiz deixa de extinguir uma demanda coletiva por falta de legitimidade ativa e determina a intimação do Ministério Público ou de outro colegitimado para, se for o caso, assumir a titularidade ativa da demanda, trata-se da aplicação do princípio da
- (A) indisponibilidade da demanda coletiva.
 - (B) economia.
 - (C) prioridade da tutela coletiva.
 - (D) congruência.
 - (E) universalidade da jurisdição.
22. No caso de direitos individuais homogêneos, se a sentença for julgada
- (A) procedente, fará coisa julgada ultra partes.
 - (B) improcedente por falta de provas, impede nova ação coletiva, sendo certo que o lesado pode propor ação individual se não participou da ação coletiva.
 - (C) improcedente por falta de provas, não fará coisa julgada *erga omnes*, sendo certo que qualquer legitimado pode propor nova ação coletiva, desde que haja prova nova.
 - (D) improcedente com exame das provas, fará coisa julgada *erga omnes* e impede a propositura de nova ação coletiva, podendo o lesado propor nova ação individual, ainda que tenha participado da ação principal.
 - (E) improcedente, com exame das provas, fará coisa julgada ultra partes, sendo certo que o lesado pode propor ação individual desde que não tenha participado da ação coletiva.

23. No que diz respeito aos danos relativos aos interesses individuais homogêneos relacionados às relações de consumo, considerando apenas o critério territorial, se o dano atinge
- (A) apenas algumas comarcas, bem determinadas, a competência será de qualquer uma delas, por prevenção.
 - (B) toda uma região, a competência será de qualquer comarca que possua vara especializada.
 - (C) todo o Estado ou boa parte dele, a competência será de qualquer comarca atingida, por prevenção.
 - (D) dois Estados, a competência será da capital do maior Estado.
 - (E) todo território nacional, a competência será obrigatoriamente do Distrito Federal.
24. Acerca do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se
- (A) a União ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado improcedente, a União não é condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, ainda que comprovada a má-fé.
 - (B) a União ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a empresa não é condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, em razão do princípio da simetria.
 - (C) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado improcedente, a associação será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios.
 - (D) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a associação não será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, em razão do princípio da simetria.
 - (E) uma associação ajuíza ação civil pública contra uma empresa e o pedido é julgado procedente, a associação será condenada a pagar custas processuais e honorários advocatícios, desde que comprovada a má-fé.

- 25.** A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País. Acerca do Sinapir, assinale a alternativa correta.
- (A) A participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios é obrigatória, sendo facultativa a participação da iniciativa privada.
 - (B) Tem por objetivo centralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais.
 - (C) Os Poderes Executivos, no âmbito das respectivas esferas de competência, poderão instituir conselhos de promoção da igualdade étnica, de caráter transitório, compostos por representantes de organizações da sociedade civil representativas da população negra.
 - (D) Na implementação dos programas e das ações constantes dos planos plurianuais, deverão ser observadas as políticas de ação afirmativa, especialmente no que tange a incentivo à manutenção de pessoas autodeclaradas negras em cargos de administradores de empresas públicas.
 - (E) O poder público federal instituirá, na forma da lei e no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo, Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial, para receber e encaminhar denúncias de preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.
- 26.** O Decreto Legislativo nº 186, de 2008 aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. O Decreto estabelece que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que
- (A) as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário facultativo sob alegação de deficiência.
 - (B) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.
 - (C) adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas, desde que requeridas judicialmente.
 - (D) medidas de apoio genéricas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.
 - (E) as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação.
- 27.** Nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para que seja configurada a violência doméstica e familiar contra a mulher ela pode ser praticada
- (A) por meio de uma ação baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico ou psicológico, não sendo possível a caracterização de violência por meio de omissão.
 - (B) por qualquer ação ou omissão que lhe cause dano moral, não sendo compreendidos os danos patrimoniais.
 - (C) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, desde que com vínculo familiar.
 - (D) no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.
 - (E) em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que mediante coabitação.
- 28.** Nas ações para proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos previstas na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento. Acerca do tema, é correto afirmar que
- (A) sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, o juiz poderá conceder a tutela somente após justificação prévia.
 - (B) o juiz poderá impor multa diária ao réu, desde que mediante pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.
 - (C) a multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.
 - (D) os valores das multas serão revertidos diretamente à pessoa idosa.
 - (E) poderá haver, desde que comprovada a possibilidade econômica das partes, adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

29. “À época, de acordo com dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, havia nos presídios estaduais pelo menos 3.988 detentos, 10% da população carcerária fluminense, sem documentos de identificação civil. [...]”

Sem o documento dos filhos, as mães não podiam visitá-los no sistema penitenciário. Como provar que elas estavam mesmo visitando seus filhos?, indagava o sistema. Eram situações que, mais uma vez, classifico e analiso como sendo casos de urgência de legibilidade: pessoas que até então haviam vivido nas margens do Estado, como ilegíveis, mas em determinado momento necessitavam da legibilidade pelo Estado a fim de garantir o direito de visita”.

(ESCÓSSIA, Fernanda Melo da. Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.)

Considerando o relato acima, assinale a alternativa correta, tendo em vista as funções do Direito Administrativo.

- (A) A identificação civil é essencial para a vida em sociedade, cuja autoridade estatal sobre os particulares permite a organização dos atos da vida civil e social.
- (B) A identificação civil é tema de direito privado, que, por sua vez, não se relaciona com o Direito Administrativo.
- (C) O indivíduo está sujeito ao poder estatal, podendo inclusive ser preso e exercer direitos correlatos, como o de receber visitas, ainda que não tenha documentos.
- (D) Necessitar da legibilidade do Estado, conforme coloca a autora, se refere à garantia de liberdade do indivíduo frente ao poder estatal.
- (E) No relato apresentado pela autora, o interesse público se refere particularmente ao direito de visita, reclamando atuação do Poder Público.

30. Tendo em vista as situações apresentadas a seguir, assinale a alternativa em que há discricionariedade do agente público.

- (A) Concessão de benefício de aposentadoria por idade.
- (B) Incidência de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- (C) Apresentar resposta a pedido formulado com base na Lei de Acesso à Informação, dentro do prazo legal de 20 dias.
- (D) Matricular criança de 5 anos na rede escolar.
- (E) Avaliação de pedido de licença ambiental.

31. A respeito dos órgãos que compõem a Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério da Educação é uma autarquia governamental porque descentralizada do governo federal.
- (B) O Banco Central do Brasil é uma sociedade de economia mista porque este é o modelo adotado para instituições financeiras.
- (C) A Petrobras é uma empresa pública porque se trata do exercício de atividade econômica pelo Estado.
- (D) A Caixa Econômica Federal é uma fundação pública de direito público, em razão de linhas de crédito populares.
- (E) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma autarquia, uma vez que criado por lei e exerce suas atividades de forma descentralizada.

32. Determinada Prefeitura pretende fomentar continuamente o acesso à cultura regional, por meio de ações específicas e questiona a Procuradoria de que maneira poderá fazê-lo, de acordo com a legislação em vigor. Tendo em vista a situação, a Prefeitura poderá

- (A) celebrar termo de parceria com associação civil sem fins lucrativos, por meio de licitação, na modalidade de concurso.
- (B) realizar chamada pública para contratar Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, por meio de Termo de Parceria.
- (C) contratar artista, consagrado nacionalmente, por meio da inexigibilidade de licitação.
- (D) contratar empresa especializada no setor, mediante licitação, na modalidade convite.
- (E) contratar, por meio de concurso público de ampla concorrência, artistas locais (músicos, poetas, escritores, bailarinos e humoristas).

33. Dados do Censo Escolar 2018 indicam que 40% dos professores das redes públicas estaduais são temporários. Embora a forma de contratação seja menos custosa para a Administração Pública, estudiosos sustentam que o profissional não tem oportunidade de criar vínculo com as turmas e ter direito à estabilidade.

Considerando os modelos de contratação previstos na legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) A contratação de professores da rede básica como temporários não é admitida por lei, uma vez que somente é possível por meio de concurso público de provas e títulos, garantindo-se estabilidade após fase de estágio probatório.
- (B) A contratação de temporários para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público afasta a exigência de concurso de provas, porém deve ser aferida a formação do docente.
- (C) A contratação de temporários pressupõe necessidade temporária de excepcional interesse público, porém seu uso contínuo deve ser desestimulado, exigindo-se planejamento do ente público.
- (D) A contratação de temporários está limitada a 40% do total de servidores, de modo que os Estados que ultrapassarem este percentual estão em situação de ilegalidade.
- (E) A contratação de professores como temporários é permitida no âmbito da prestação do serviço por meio de organização da sociedade civil, diante da crescente demanda.

34. Certo servidor público responde a processo administrativo disciplinar. Sem defesa técnica, apresentou prova emprestada para sustentar sua versão dos fatos e demonstrou que o excesso de prazo para analisá-la e concluir o processo administrativo resultou em prejuízo à sua defesa. Considerando a situação e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A prova emprestada deve ser submetida ao contraditório e à ampla defesa, de modo que, dada sua natureza investigatória, deve afastar eventual alegação de excesso de prazo.
- (B) A prova emprestada no processo administrativo disciplinar é permitida, desde que oriunda de processo judicial.
- (C) A ausência de defesa técnica viola o direito constitucional à ampla defesa, de modo que o procedimento padece de nulidade.
- (D) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição, porém o uso de prova emprestada depende de autorização do titular do procedimento de origem.
- (E) Demonstrado prejuízo à defesa, o excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar pode conduzir à sua nulidade.

35. Parlamentar pretende ingressar com ação indenizatória para condenar servidor público municipal, alegando que seu ato discricionário, negativo a determinado pleito administrativo, havia ocorrido por perseguição político-partidária. Considerando a situação apresentada, o parlamentar

- (A) deve ingressar com ação indenizatória contra o servidor público, de modo que o município não tem relação no feito.
- (B) pode ingressar com ação indenizatória em face do município, que é responsável objetivamente pela conduta de seus agentes, comprovando-se a conduta, o dano e o nexo causal.
- (C) não possui fundamentos para ingressar com ação indenizatória para questões político-partidárias, em face do servidor público.
- (D) não possui fundamentos para ingressar com ação indenizatória fundada na responsabilidade objetiva, mas somente ação de nulidade para questionar o ato discricionário.
- (E) somente pode ingressar com ação indenizatória em face do município, porém deve demonstrar a conduta, dano, nexo causal e culpa/dolo do agente, cuja eventual ação de regresso deve ser proposta, neste caso, pelo Presidente da Casa Legislativa a que pertence o parlamentar.

36. Cidadã apresentou pedido de informação à Prefeitura Municipal, por meio de plataforma online específica, solicitando dados sobre as ações empreendidas pelo Município para conservação do Rio Preto, relativos aos últimos cinco anos. Meses após o protocolo do pedido, recebeu a resposta de que este teria sido extraviado e que o decurso do tempo para examiná-lo conduziu à perda do objeto, negando o acesso, portanto. Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) O pedido da cidadã deve ser rejeitado porque implica em trabalho adicional ao órgão público que detém a informação, considerando que os dados compreendem período de 5 anos.
- (B) O fato de o pedido ter sido extraviado impede sua análise, razão pela qual a negativa se impõe.
- (C) O servidor público deve ser responsabilizado pela negativa ao retardar o trâmite do pedido, cuja justificativa de suposto extravio não se sustenta, haja vista ter sido feito por meio de plataforma online, de modo que deve ser determinado acesso aos dados.
- (D) O servidor público deve ser responsabilizado pelo extravio do pedido, uma vez que o prazo máximo de 15 dias para resposta não foi observado, de modo que não se sustenta a alegação de perda do objeto, dado que o pedido foi feito e há interesse da requerente.
- (E) Em virtude da demora e independente de provocação da requerente, o superior hierárquico deve avocar a competência para apreciar o pedido e conceder acesso aos dados solicitados.

37. Determinado Município pretende construir novos hospitais em regiões estratégicas da cidade, a fim de facilitar o acesso, especialmente para moradores de bairros distantes do centro. Iniciadas as obras, um imóvel residencial desocupado, localizado ao lado do futuro nosocômio, foi afetado e utilizado para ampliar as obras e projetar sala onde ficarão internadas crianças com doenças graves. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que pode ser o caso de
- (A) desapropriação indireta, cujo proprietário deve ser indenizado.
 - (B) desapropriação direta, cujos procedimentos serão providenciados pela Prefeitura Municipal em função da alteração no projeto da obra.
 - (C) declaração de interesse social, em função da destinação do bem.
 - (D) perdimento do bem, em função de sua destinação, em prol de crianças e adolescentes.
 - (E) retrocessão, caso se demonstre que naquele local não funcionará a sala onde as crianças com doenças graves ficarão internadas.
38. Com relação à Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.
- (A) A referida norma é passível de ser aplicada em contratos que tenham por objeto operação de crédito.
 - (B) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o agente público responsável responde subsidiariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
 - (C) É dispensável a licitação para restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.
 - (D) A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, em razão de comprovada vantagem econômica.
 - (E) A modalidade diálogo competitivo é aplicável para contratação de obras e serviços de engenharia de até 60 salários-mínimos.
39. Com relação à prática da telessaúde, assinale a alternativa correta, com base na Lei Federal nº 8.080/90.
- (A) Embora seja permitida para a saúde privada, a prestação remota de serviços de saúde é vedada no âmbito do Sistema Único de Saúde.
 - (B) Consiste na prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.
 - (C) É dispensada a inscrição complementar para até dez atendimentos mensais para o profissional de saúde que exercer a profissão em outra jurisdição por meio da modalidade telessaúde.
 - (D) Trata da prestação de remota de serviços de medicina, excluído os médicos veterinários, a ser regulamentado pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.
 - (E) A prestação de remota de serviços de medicina deve envolver chamadas de voz e vídeo, vedadas a utilização somente de mensagens de texto, garantindo-se a transmissão segura de dados e informações de saúde.
40. Determinado município pretende incrementar salário dos professores, a fim de garantir-lhes o piso salarial, conforme previsto na Lei Federal nº 9.394/96. O setor contábil informou que a despesa total com pessoal está acima de 95% do limite legal, de modo que a iniciativa foi submetida à avaliação pela Procuradoria Municipal. Tendo em vista a Lei Complementar nº 101/2000 e o caso hipotético, é correto afirmar que:
- (A) embora louvável, a iniciativa não poderá ser empreendida, tendo em vista que, nas circunstâncias apresentadas pelo enunciado, a referida norma impede concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título.
 - (B) a iniciativa não poderá ser empreendida, haja vista que a alteração na remuneração docente depende de alteração legal, com autorização da Câmara de Vereadores, ainda que existam possibilidades de acordo com a referida norma.
 - (C) a iniciativa pode ser empreendida, uma vez que o município está no dentro do limite prudencial das despesas com pessoal, porém depende de autorização legislativa.
 - (D) há excepcionalidade para garantir o aumento, ainda que o município esteja no limite prudencial das despesas com pessoal, em virtude da necessidade de valorizar o magistério público.
 - (E) a iniciativa pode ser empreendida, uma vez que o município não atingiu o percentual máximo, além de ser necessário, por lei, valorizar o magistério público.

41. Considerando o atual entendimento dos Tribunais Superiores acerca dos direitos inerentes à personalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade prescreve em dez anos.
- (B) A publicidade que divulgar, sem autorização, qualidades inerentes à determinada pessoa, sendo capaz de identificá-la, mas desde que sem mencionar seu nome, não constitui violação a direito da personalidade.
- (C) É compatível com a Constituição o direito ao esquecimento, como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- (D) O uso e a divulgação, por sociedade empresária, de imagem de pessoa física fotografada isoladamente em local público, em meio a cenário destacado, desde que com conotação ofensiva ou vexaminosa, configura dano moral decorrente de violação do direito à imagem.
- (E) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.

42. São inexistentes as condições

- (A) impossíveis, quando resolutivas.
- (B) físicas ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
- (C) ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.
- (D) incompreensíveis ou contraditórias.
- (E) puramente potestativas.

43. Trata-se de um exemplo de uma obrigação de meio o contrato de

- (A) propaganda que uma empresa faz com uma agência de publicidade.
- (B) transporte de pessoas e mercadorias.
- (C) seguro no qual a seguradora deve indenizar o segurado no caso do incêndio da coisa segurada ter sido provocado dolosamente por terceiro.
- (D) realização de cirurgia plástica estética por médico.
- (E) conserto de carro por mecânico.

44. A revogação da doação por ingratidão

- (A) obriga o donatário a restituir os frutos percebidos antes da citação válida.
- (B) pode prejudicar os direitos adquiridos por terceiros.
- (C) não se aplica para as doações feitas para determinado casamento.
- (D) sujeita o donatário, quando não for possível restituir as coisas doadas em espécie, a indenizar pelo valor integral.
- (E) pode ser aplicada para os casos das doações puramente remuneratórias.

45. Acerca do Condomínio Urbano Simples, previsto na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição do condomínio urbano simples será registrada na matrícula do respectivo imóvel, na qual deverão ser identificadas as partes comuns ao nível do solo, as partes comuns internas à edificação, se houver, e as respectivas unidades autônomas, sendo necessária a apresentação de convenção de condomínio.
- (B) A gestão das partes comuns será feita de comum acordo entre os condôminos, devendo ser formalizada por meio de instrumento público.
- (C) As unidades autônomas constituídas em matrícula própria poderão ser alienadas e gravadas livremente por seus titulares desde que transcorrido o prazo de um ano da instituição do condomínio urbano simples.
- (D) Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, deverá ser aberta uma matrícula para cada unidade autônoma, à qual caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do solo e das outras partes comuns, se houver, representada na forma de percentual.
- (E) No caso da Reurb-S, a averbação das edificações poderá ser efetivada a partir de mera notícia, a requerimento do interessado, da qual constem a área construída e o número da unidade imobiliária, sendo necessária a apresentação de habite-se e de certidões negativas de tributos e contribuições previdenciárias.

46. No que diz respeito à aprovação do projeto de loteamento e desmembramento, constante da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, quando o loteamento

- (A) estiver localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade estadual.
- (B) abranger área superior a 1.000.000 m², caberá ao Estado disciplinar a aprovação pelo Município.
- (C) localizar-se em área que pertença a mais de um município, ou em aglomerações urbanas, a aprovação caberá ao Estado.
- (D) estiver localizado em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada, caberá ao Estado disciplinar a aprovação pelo Município.
- (E) estiver localizado em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, caberá à União disciplinar a aprovação pelo Município.

47. Lucas, proprietário de um imóvel situado na Alameda do Sol, nº 5, decide alugar seu imóvel para Gilberto. Preocupado com a possibilidade de Gilberto deixar de pagar os valores relativos aos aluguéis, decide procurar um advogado para orientá-lo na escolha da modalidade de garantia locatícia do contrato de aluguel a ser firmado entre as partes. O advogado sugere então a escolha da caução.

De acordo com o disposto na Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, é considerado o caso hipotético narrado, é correto afirmar que a caução

- (A) em bens móveis, deverá ser averbada à margem da matrícula do imóvel.
- (B) em dinheiro, não poderá exceder o equivalente a três meses de aluguel, será depositada em caderneta de poupança, autorizada, pelo Poder Público e por ele regulamentada, revertendo em benefício de Lucas todas as vantagens dela decorrentes por ocasião do levantamento da soma respectiva.
- (C) em títulos e ações deverá ser substituída, no prazo de trinta dias, em caso de concordata, falência ou liquidação das sociedades emissoras.
- (D) poderá ser acumulada com a fiança ou outra modalidade de garantia.
- (E) poderá ser exigida em moeda estrangeira.

48. Sabrina e Caio se conheceram na faculdade e, três meses após o início do namoro, ela engravidou. Preocupada com o futuro do seu filho procura um advogado para saber quais são os direitos da criança em relação à convivência familiar previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial quanto ao reconhecimento do filho por Caio.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Caio só poderá reconhecer o filho após o seu nascimento com vida.
- (B) o filho poderá ser reconhecido por Sabrina e Caio separadamente, desde que o reconhecimento se dê no próprio termo de nascimento.
- (C) o reconhecimento do estado de filiação é direito indisponível e imprescritível, podendo ser proposto por qualquer interessado ou Ministério Público contra Sabrina e Caio ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, dispensado o segredo de Justiça.
- (D) o filho havido fora do casamento poderá ser reconhecido por Sabrina e Caio de forma conjunta, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- (E) caso o filho venha a nascer morto, é vedado aos pais registrarem o nome dele em razão da ausência dos direitos da personalidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. Com relação às prerrogativas, é correto afirmar que a Fazenda Pública

- (A) goza de prioridade na ordem de preferência para a prática de atos processuais, podendo, inclusive, alterar as datas e horários previamente designados.
- (B) está isenta do pagamento de custas e emolumentos judiciais, bem como do depósito prévio para interposição de recursos.
- (C) possui o prazo em dobro para todas as manifestações processuais, incluindo a apresentação de contestação, recursos e impugnação à execução.
- (D) tem o direito de desistir da ação até a sentença, mesmo que oferecida contestação, sem a necessidade de consentimento do réu.
- (E) deve sempre receber a intimação pessoal que será feita por carga, remessa ou meio eletrônico.

50. Danilo propôs ação de cobrança em face de Marcela alegando que emprestou R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, após o prazo estipulado, não foi realizado o pagamento. Marcela, devidamente citada, apresentou contestação alegando que a cobrança era indevida, uma vez que ela emprestou R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para Danilo, e, portanto, deveria haver compensação entre as dívidas. Simultaneamente, Marcela apresentou reconvenção cobrando a diferença de valores e o pagamento por danos morais e atribuiu à reconvenção o valor da causa de R\$ 100,00 (cem reais).

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Marcela não deveria ter atribuído valor à reconvenção, uma vez que o valor da causa deve se dar na petição inicial.
- (B) O juiz, desde que por provocação de Danilo, corrigirá, por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão, caso em que Marcela procederá ao recolhimento das custas correspondentes.
- (C) Danilo poderá impugnar, em preliminar da contestação, o valor atribuído à causa por Marcela, sob pena de preclusão, e o juiz decidirá a respeito, impondo, se for o caso, a complementação das custas.
- (D) Marcela não precisaria ter atribuído um valor certo à causa uma vez que, considerando haver pedido de condenação por danos morais, não há conteúdo econômico imediatamente aferível.
- (E) Danilo deverá impugnar o valor da causa em autos apartados, demonstrando o valor exato que deve ser fixado, sob pena de indeferimento.

51. Vinícius, vizinho da sede da empresa Y, propôs contra ela ação de obrigação de fazer requerendo a construção de um muro de concreto para diminuir os ruídos sonoros produzidos pelas máquinas. Acerca da citação da empresa Y para que integre a relação processual, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa Y é obrigada a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado da decisão que a determinar.
- (B) O recebimento da citação eletrônica deverá ser confirmado em até 5 (cinco) dias úteis pela empresa Y, sob pena da realização da citação pelo correio.
- (C) Cabe a Vinícius escolher a forma como a citação será feita, sendo, preferencialmente, pelo correio ou por oficial de justiça.
- (D) Se a empresa Y deixar de confirmar no prazo legal, sem justa causa, o recebimento da citação recebida por meio eletrônico, considerar-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até 5% (cinco por cento) do valor da causa.
- (E) A empresa Y, quando citada por oficial de justiça, poderá, a qualquer momento, apresentar justa causa para a ausência de confirmação do recebimento da citação enviada eletronicamente.

52. No que diz respeito à Tutela de Urgência, assinale a alternativa correta.

- (A) O requerimento de tutela provisória incidental pode ser formulado até a fase de saneamento do processo, sob pena de preclusão temporal.
- (B) É cabível estabilização de tutela antecipada em ação rescisória.
- (C) Efetivada a tutela de urgência e, posteriormente, sendo o processo extinto sem resolução do mérito e sem estabilização da tutela, será possível fase de liquidação para fins de responsabilização civil do requerente da medida e apuração de danos.
- (D) A tutela antecipada concedida em caráter antecedente não se estabilizará quando for interposto recurso pelo assistente simples, ainda que exista manifestação expressa do réu em sentido contrário.
- (E) É absoluta a regra que proíbe tutela provisória com efeitos irreversíveis.

53. Raquel propôs ação de obrigação de fazer contra o Município X requerendo, liminarmente, a realização de uma cirurgia não emergencial em um hospital particular da cidade, uma vez que a referida cirurgia tem fila de espera de dois meses no hospital municipal. O juiz concedeu a liminar e Raquel procedeu à sua execução.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o Município X tem legitimidade para requerer o pedido de suspensão da execução da liminar.
- (B) O Ministério Público tem legitimidade para requerer o pedido de suspensão da execução da liminar apenas para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
- (C) A suspensão deferida pelo relator vigorará pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- (D) Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá apelação, no prazo de quinze dias, que será levada a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.
- (E) Em caso de pedido de suspensão, compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, apreciar o pedido, em despacho fundamentado.

- 54.** Marcos propôs ação de indenização por danos morais em face de João. Apresentou a petição inicial indicando todos os requisitos necessários, no entanto, deixou de instruir a petição inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- Diante da situação hipotética, é correto afirmar que o juiz
- (A) julgará a petição inicial de Marcos inepta.
 - (B) indeferirá, de imediato, a petição inicial de Marcos.
 - (C) julgará, liminarmente e de imediato, a petição inicial de Marcos improcedente.
 - (D) determinará que Marcos, no prazo de 15 (quinze) dias, emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de indeferimento da petição inicial.
 - (E) determinará que Marcos, no prazo de 5 (cinco) dias, emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado, sob pena de improcedência liminar.
- 55.** No procedimento de produção antecipada de provas,
- (A) a competência é do juízo do foro onde estas devam ser produzidas ou do foro de domicílio do autor.
 - (B) ocorre a prevenção da competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
 - (C) não se admitirá defesa ou recurso, salvo contra decisão que indeferir totalmente a produção da prova pleiteada pelo requerente originário.
 - (D) o requerente apresentará, na petição inicial, as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e mencionará genericamente os fatos sobre os quais a prova há de recair.
 - (E) os interessados não poderão requerer a produção de qualquer prova no mesmo procedimento, ainda que relacionada ao mesmo fato.
- 56.** Trata-se de um efeito reflexo da sentença
- (A) o contrato de sublocação em uma ação de despejo do locatário julgada procedente por falta de pagamento.
 - (B) a perempção, no caso de abandono da causa por mais de três vezes.
 - (C) a fixação da responsabilidade daquele que se beneficiou da tutela antecipada ou cumprimento provisório da sentença.
 - (D) a incidência de juros moratórios e atualização monetária.
 - (E) a hipoteca judicial.
- 57.** Amanda impetrou Mandado de Segurança contra a Mesa da Câmara dos Deputados, cuja decisão foi denegatória da segurança. Diante do exposto, é cabível
- (A) recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) recurso ordinário perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) recurso especial.
 - (D) recurso extraordinário.
 - (E) apelação.
- 58.** Acerca da remessa necessária, assinale a alternativa correta.
- (A) Não se aplica a remessa necessária nos casos de ação monitória.
 - (B) Não se aplica a remessa necessária aos casos de competência dos juizados especiais da Fazenda Pública.
 - (C) Não se aplica a remessa necessária para as sentenças de improcedência de ação civil pública.
 - (D) Se aplica a remessa necessária quando a sentença estiver fundada em entendimento firmado em incidente de assunção de competência, desde que o valor da causa seja superior a mil salários mínimos para União.
 - (E) Haverá o trânsito em julgado, ainda que não seja realizada a remessa necessária, quando a sentença julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.
- 59.** Acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, é correto afirmar que
- (A) a sua instauração pressupõe a existência de grande quantidade de processos versando sobre a mesma questão, independentemente do risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica.
 - (B) o incidente de resolução de demandas repetitivas aplica-se a recurso, a remessa necessária ou a qualquer causa de competência originária.
 - (C) é cabível agravo interno contra a decisão do órgão colegiado que, em sede de juízo de admissibilidade, rejeita a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - (D) é inadmissível a instauração de mais de um incidente de resolução de demandas repetitivas versando sobre a mesma questão de direito perante tribunais de 2º grau diferentes.
 - (E) não se admite o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nos juizados especiais da Fazenda Pública.

60. Quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais, é correto afirmar que:
- (A) ao contrário do procedimento comum, não é cabível pedido de uniformização de interpretação de lei.
 - (B) caberá pedido de uniformização de interpretação de lei sobre questões de fato.
 - (C) se a divergência se der entre Turmas do mesmo Estado, será julgado em reunião conjunta, sob a presidência do presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
 - (D) se a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça, o pedido será julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) se a divergência de interpretação da lei federal se der entre Turmas de diferentes Estados, o pedido será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

61. De acordo com a Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa correta no que se refere a embargos à execução fiscal.
- (A) São admitidas reconvenção, compensação, e as exceções serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.
 - (B) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 15 (quinze) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
 - (C) Não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental.
 - (D) Caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública manifestar-se-á sobre a garantia da execução, não podendo adjudicar os bens penhorados antes do leilão.
 - (E) Sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado para, no prazo de 10 (dez) dias remir o bem, se a garantia for real.

62. Às disposições constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) quanto à renúncia de receita não se aplicam
- (A) ao crédito presumido.
 - (B) à concessão de isenção em caráter não geral.
 - (C) à remissão.
 - (D) à concessão de subsídios.
 - (E) ao cancelamento de débito com valor inferior aos custos de cobrança.

63. O ente da Federação interessado na realização de operações de crédito deverá formalizar seu pleito de forma fundamentada e atendendo, dentre outras, as seguintes condições:

- (A) existência de prévia e expressa autorização para a contratação necessariamente no texto da lei orçamentária.
- (B) autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo.
- (C) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, inclusive no caso de operações por antecipação de receita.
- (D) observância dos limites e das condições fixados pelo Congresso Nacional.
- (E) aprovação do Poder Legislativo para as operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.

64. Constitui fundo especial

- (A) os créditos que sejam destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (B) os valores destinados a reforço de dotação orçamentária.
- (C) as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- (D) o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.
- (E) os fundos destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

- 65.** Atendendo ao disposto no caput do art. 169 da Constituição e na Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal dos Municípios não poderá exceder
- (A) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo destinados 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
 - (B) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo destinados 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Executivo e 5% (cinco por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
 - (C) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, sendo destinados 45% (quarenta e cinco por cento) para o Executivo e 5% (cinco por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
 - (D) 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida, sendo destinados 44% (quarenta e quatro por cento) para o Executivo e 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
 - (E) 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo destinados 56% (cinquenta e seis por cento) para o Executivo e 4% (quatro por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
- 66.** No que se refere à repartição de receitas tributárias, é correto afirmar que não ocorre repartição de receitas dos seguintes tributos:
- (A) Imposto sobre Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de transmissão causa mortis e doação.
 - (B) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Grande Fortunas e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
 - (C) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, Imposto sobre Importação e Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.
 - (D) Imposto de transmissão causa mortis e doação, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - (E) Imposto sobre Importação, Imposto sobre Exportação e Imposto sobre Grandes Fortunas.
- 67.** Sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), a jurisprudência atual dos tribunais superiores consolida o entendimento de que:
- (A) O cessionário de direito de uso de imóvel público é contribuinte do IPTU, pois detém a posse mediante relação de natureza pessoal.
 - (B) É permitido ao município atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
 - (C) O prazo prescricional para se pleitear a repetição de indébito do IPTU é de cinco anos, contados a partir da data em que se deu o pagamento do tributo.
 - (D) O locatário de imóvel urbano possui legitimidade ativa para questionar o IPTU.
 - (E) O usufrutuário, por não ostentar a condição de contribuinte ou de responsável, não tem legitimidade ativa para litigar em ações de natureza tributária envolvendo o IPTU.
- 68.** Quanto à imunidade ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta:
- (A) Não é imune ao IPTU o imóvel pertencente a partidos políticos quando alugado a terceiros, mesmo que o valor dos aluguéis seja aplicado à suas atividades.
 - (B) Os imóveis utilizados como escritório e residência de membros da entidade religiosa afasta a imunidade ao IPTU.
 - (C) Não são imunes os bens imóveis temporariamente ociosos, de propriedade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos que atendam os requisitos legais.
 - (D) Tanto os imóveis próprios como os locados utilizados em atividades religiosas por templos de qualquer culto são imunes ao IPTU.
 - (E) São imunes ao IPTU os imóveis direta ou indiretamente utilizados para o desenvolvimento de atividades de entidades sindicais de empregadores.

69. A responsabilidade tributária na transferência por sucessão engloba apenas:

- (A) créditos definitivamente constituídos.
- (B) créditos definitivamente constituídos e créditos ainda não constituídos, mas cujo fato gerador tenha ocorrido antes do fato que originou a transferência.
- (C) créditos definitivamente constituídos, os créditos que estejam em curso de constituição e créditos ainda não constituídos, mas cujo fato gerador tenha ocorrido antes do fato que originou a transferência.
- (D) créditos definitivamente constituídos e os créditos que estejam em curso de constituição.
- (E) créditos ainda não constituídos, mas cujo fato gerador tenha ocorrido antes do fato que originou a transferência.

70. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário:

- (A) a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, e os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- (B) a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- (C) a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, exceto se a data da constituição do ônus ou da cláusula for anterior à data de constituição do crédito tributário, e excetuados os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- (D) a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens de família.
- (E) a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, exceto se a data da constituição do ônus ou da cláusula for anterior à data de constituição do crédito tributário, e excetuados os bens de família.

71. Sobre o Princípio da Unirrecorribilidade do Direito do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Também é conhecido como princípio da singularidade.
- (B) Expressa que para cada decisão é possível a interposição de apenas um recurso, ainda que cabível a interposição de Recurso Especial e Extraordinário.
- (C) Referido princípio autoriza a interposição de mais de um recurso referente à mesma decisão prolatada.
- (D) A apresentação de novo recurso tratando da mesma matéria do anterior que não fora recebido por intempestivo não ferirá este princípio.
- (E) Norteia que os recursos não podem ser utilizados sucessivamente, mas sim simultaneamente, obedecendo-se à ordem de hierarquia dos órgãos jurisdicionais.

72. Assinale a alternativa que está em conformidade com a CLT sobre as férias.

- (A) O período das férias não será computado como tempo de serviço.
- (B) O empregado terá direito a férias de 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço por até 7 (sete) vezes.
- (C) O empregado terá direito a férias de 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas.
- (D) É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- (E) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 15 (quinze) dias.

73. Assinale a alternativa que cita um exemplo de interrupção do contrato de trabalho.

- (A) Licença remunerada.
- (B) Período de suspensão disciplinar.
- (C) Participação pacífica em greve.
- (D) Afastamento do empregado em casos de prisão.
- (E) Eleição para cargo de direção sindical.

- 74.** Assinale a alternativa que traz uma hipótese que permite ao empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.
- (A) Quando for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
 - (B) Se correr perigo manifesto de mal considerável.
 - (C) Caso o empregador ou seus prepostos ofendam-no fisicamente.
 - (D) Se forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
 - (E) O empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.
- 75.** Sobre prescrição no direito do trabalho, nos termos da CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de descumprimento do pactuado, a prescrição é parcial.
 - (B) A interrupção da prescrição ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, salvo se em juízo incompetente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito.
 - (C) Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos.
 - (D) A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
 - (E) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- 76.** Incumbe ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho:
- (A) promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.
 - (B) coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em todo o território nacional, inclusive a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.
 - (C) instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais.
 - (D) facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.
 - (E) conhecer, em primeira instância, dos recursos, voluntários ou de ofício, das decisões proferidas em matéria de segurança e medicina do trabalho.
- 77.** Sobre o Ministério Público do Trabalho, nos termos da CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) É constituído por agentes diretos do Poder Legislativo, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.
 - (B) Compõe-se da Procuradoria da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Previdência Social, aquela funcionando como órgão de coordenação entre a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sem qualquer subordinação ao Ministro de Estado.
 - (C) Para o exercício de suas funções, reger-se-á pelo que estatui a CLT e, na falta de disposição expressa, pelas normas que regem o Ministério Público Federal.
 - (D) Não estão sujeitos a ponto os procuradores-gerais, somente os procuradores.
 - (E) O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Judiciário, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.
- 78.** Conforme previsão na CLT, assinale a alternativa correta sobre as exceções na Justiça do trabalho.
- (A) Somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de incompetência.
 - (B) As exceções de suspeição devem ser alegadas como matéria de defesa.
 - (C) Apresentada a exceção de incompetência territorial, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.
 - (D) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, mesmo quando terminativas do feito, não caberá recurso.
 - (E) Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.
- 79.** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal. O texto se refere ao Recurso
- (A) Ordinário.
 - (B) Especial.
 - (C) de Extraordinário.
 - (D) de Agravo.
 - (E) de Revista.

80. Sobre os embargos à execução na justiça do trabalho, conforme previsão legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- (B) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- (C) A exigência da garantia ou penhora se aplica às entidades filantrópicas.
- (D) A matéria de defesa não será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
- (E) Somente nos embargos à arrematação poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

DIREITO AMBIENTAL

81. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, previsto na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Acerca do regime de outorga em referência, é correto afirmar que

- (A) a outorga de direito de uso de recursos hídricos poderá ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, dentre outras circunstâncias, na ausência de uso por 5 anos sucessivos.
- (B) a competência para concessão da outorga será efetivada por ato da autoridade competente do Poder Executivo dos Estados, admitindo-se delegação aos Municípios do local do uso dos recursos hídricos.
- (C) toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.
- (D) a outorga implica a alienação parcial das águas e o direito de fruição.
- (E) a outorga estará condicionada às práticas regionais de uso estabelecidas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção contínua de condições adequadas ao transporte aquaviário.

82. A Política Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, prevista na Lei Estadual nº 9.509/97, visará

- (A) à faculdade conferida ao poluidor da obrigação de indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização dos recursos ambientais com ou sem fins econômicos.
- (B) à priorização do desenvolvimento econômico sobre o desenvolvimento social, com a preservação da qualidade ambiental.
- (C) ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- (D) à conscientização pública para a preservação do meio ambiente, através da divulgação de relatórios trimestrais sobre a qualidade ambiental no Estado, da divulgação de dados e informações ambientais e da promoção de campanhas educativas.
- (E) à imposição de tecnologias de manejo equilibrado do meio ambiente e direito urbanístico.

83. A Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estabelece, sobre a apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou crime, o seguinte:

- (A) tratando-se de produtos não perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e alienados a preço módico a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.
- (B) os animais serão libertados em seu *habitat* ou, sendo tal medida inviável por questões sanitárias, entregues a organizações não governamentais e parques ecológicos, para cuidados realizados por médicos veterinários e equipe especializada.
- (C) os subprodutos da fauna perecíveis serão incinerados ou doados a instituições designadas pela vigilância sanitária.
- (D) os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- (E) verificada a infração, serão apreendidos e avaliados seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos pelo Ministério Público e autoridade do CONAMA.

84. A respeito do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), disposto na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, é correto afirmar que compete a ele
- (A) estabelecer, mediante proposta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a serem concedido pelos Municípios envolvidos e com parecer apresentado pelo IBAMA.
 - (B) dar pareceres sobre acordos, visando à transformação de penas restritivas de direitos na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.
 - (C) estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes.
 - (D) estabelecer normas e padrões relativos à gestão e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso equitativo dos recursos ambientais, principalmente acerca dos resíduos sólidos.
 - (E) estabelecer, de forma concorrente com os demais entes, normas e padrões regionais e locais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante diretrizes lançadas pelos órgãos competentes.
85. Para efeitos do Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651/2012, entende-se por
- (A) área rural consolidada a área de imóvel rural com ocupação exógena a partir de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.
 - (B) pequena propriedade ou posse rural familiar aquela propriedade explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, excluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.
 - (C) manejo sustentável a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.
 - (D) nascente o afloramento natural do lençol freático que apresenta cessabilidade e dá início a um curso d'água.
 - (E) leito regular o afloramento natural do lençol freático, mesmo que intermitente.
86. A respeito das diretrizes, previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em relação a gestão e gerenciamento, é correto afirmar que
- (A) deverão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade econômica, social e técnica.
 - (B) deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
 - (C) incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão individualizada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios.
 - (D) a atuação do Governo Federal deve apoiar e priorizar as iniciativas do Estado e Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre no mínimo 5 (cinco) municípios.
 - (E) incumbe ao Governo Federal controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.
87. Os Tribunais Superiores já consolidaram alguns entendimentos acerca da matéria ambiental. Com base em entendimento do STJ, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade da administração por dano ao meio ambiente decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é de caráter solidário, não havendo benefício de ordem na execução.
 - (B) as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.
 - (C) quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar, desde que a execução seja em momentos distintos.
 - (D) a inversão do ônus da prova é estritamente processual e excepcional, o que impede sua aplicação em ações de degradação ambiental.
 - (E) prescreve em 10 anos a pretensão de reparação civil de dano ambiental.
88. Com a pretensão de que se evitem os danos ambientais, alguns princípios norteiam o direito ambiental. Desse modo, quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. Esses critérios definem o princípio
- (A) do poluidor-pagador.
 - (B) da ética intergeracional.
 - (C) da prevenção.
 - (D) do desenvolvimento sustentável.
 - (E) da precaução.

LEGISLAÇÃO

89. Considere que uma sociedade de médicos apresentou pedido administrativo solicitando o seu enquadramento no regime de tributação diferenciado, destinado a sociedades profissionais, que tem o recolhimento do ISSQN realizado por base o número de profissionais habilitados e não o valor recebido a título de receita de serviços, nos termos da LC nº 178/2003.

Com base na situação hipotética e no disposto no Diploma Legal, é correto afirmar que

- (A) a sociedade pode ser civil e empresarial, não podendo os serviços se caracterizarem como trabalho pessoal dos sócios, mas sim da própria sociedade.
 - (B) não poderá ser enquadrada no regime tributário caso seja uma sociedade simples, bem como possua empregados.
 - (C) embora esteja estruturada sob a forma de sociedade, é necessário que os sócios assumam a responsabilidade pessoal pelos serviços.
 - (D) a sociedade não poderá gozar do regime tributário em questão, pois os serviços médicos não constam no rol das atividades que a ele se sujeita.
 - (E) o recolhimento deverá ser fixo e será calculado com base no número de sócios componentes da estrutura societária, já que a sociedade não pode contar com empregados.
90. A respeito das isenções de impostos, de que trata a Lei Complementar nº 303/2009, é correto afirmar que
- (A) as cooperativas de profissionais liberais, de qualquer natureza, são beneficiárias das isenções previstas na Lei.
 - (B) as isenções somente se destinam, com exceção das pessoas jurídicas de direito público, a entidades que não desenvolvam nenhuma atividade lucrativa e cujos diretores não sejam remunerados.
 - (C) a concessão da isenção em favor dos Templos de qualquer culto alcançará os imóveis de que sejam locatárias as Igrejas, desde que seja apresentado prévio pedido administrativo.
 - (D) as entidades enquadradas como isentas ficam dispensadas do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
 - (E) as isenções de que tratam a lei abrange o IPTU, o ISSQN, o ITBI e as taxas de polícia.

91. Considere que a Empresa X sofreu uma autuação administrativa, sob a justificativa de que não efetuou o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em relação a fatos geradores praticados no exercício de 2020. Após receber a notificação do lançamento, a empresa decidiu apresentar defesa administrativa.

Com base na LC nº 588/2019, é correto afirmar que

- (A) a defesa, em primeiro grau, será julgada pelas unidades de julgamento, composta por três auditores fiscais.
 - (B) a defesa administrativa deve observar estritamente todas as formalidades legais, sob pena de não conhecimento, uma vez que é vedada a aplicação do princípio da fungibilidade.
 - (C) caso a sua defesa, em primeiro grau, não seja acolhida, a Empresa X poderá interpor recurso, direcionado ao Conselho Municipal de Tributos.
 - (D) em havendo decisão que reduza ou cancele crédito tributário no valor superior a 200 (duzentas) UFM (Unidades Fiscais do Município), caberá reexame necessário.
 - (E) não haverá embargos de declaração das decisões proferidas em primeira instância.
92. O prazo de interposição de Recurso Voluntário, nos processos previstos por esta Lei Complementar nº 588/2019, será, para quaisquer deles, de
- (A) 5 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 15 dias.
 - (D) 20 dias.
 - (E) 30 dias.
93. De acordo com a Lei Complementar nº 323/2010, incide o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Eles (ITBI) sobre os atos onerosos translativos ou constitutivos de direitos reais sobre imóveis, dentre os quais
- (A) a consolidação de propriedade pelo credor fiduciário, nos casos de alienação fiduciária.
 - (B) a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital.
 - (C) a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão ou extinção de pessoa jurídica.
 - (D) a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda.
 - (E) a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a quem foram conferidos.

94. Considere que a Empresa X irá participar de uma licitação e, para atender a determinação constante do Edital, protocolou junto à secretaria competente pedido de certidão de regularidade fiscal.

Com base no Código Tributário Municipal (LC nº 3359/83), acerca do pedido, é correto afirmar que

- (A) a certidão positiva com efeitos negativos faz prova da quitação do crédito tributário.
- (B) o pedido deverá ser respondido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da entrada do requerimento na repartição competente.
- (C) terá os mesmos efeitos da certidão negativa àquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos.
- (D) a penhora não será suficiente para autorizar a certificação da regularidade fiscal de crédito cobrado judicialmente, pois neste caso é necessária a comprovação da suspensão da exigibilidade do débito.
- (E) o pedido para expedição de certidão, caso demonstrada a urgência, deverá ser apreciado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pela Procuradoria do Município.

95. A respeito da Procuradoria Geral do Município de São José do Rio Preto, com base na Lei Complementar nº 227/2006, é correto afirmar que

- (A) a lotação dos Procuradores do Município será definida a partir de listas de remoção, garantida a seus membros a inamovibilidade.
- (B) a Assessoria Técnico-Jurídica constitui-se em órgão de assessoria do gabinete da Procuradoria, com estrutura interna flexível, composta por assessores especiais, de livre nomeação em comissão pelo Prefeito Municipal dentre os Procuradores de carreira, após indicação do Procurador Geral.
- (C) os integrantes da carreira de Procurador do Município sujeitam-se à jornada integral de trabalho, admitido o exercício da advocacia fora do âmbito das atribuições previstas em Lei.
- (D) o Procurador Geral do Município, responsável pela orientação jurídica e administrativa da instituição, será nomeado pelo Prefeito, em comissão, entre os Procuradores em atividade há no mínimo 3 (três) anos na carreira.
- (E) a Procuradoria Geral do Município está encarregada do patrocínio das ações judiciais em que figurem como parte ou interessada as entidades integrantes da Administração Indireta.

96. Considere que, após a promulgação da nova Lei de Licitações e Contratos, o setor de compras da Secretaria X possui dúvida jurídica sobre as atribuições dos fiscais dos contratos administrativos. Para garantir que a prática do setor esteja em conformidade com a lei, bem como reduzir os riscos de apontamentos de irregularidades por parte do Tribunal de Contas, os responsáveis pelo setor decidem formular consulta à Procuradoria Geral do Município de São José do Rio Preto. De acordo com a Lei Complementar nº 227/2006, a competência para emitir parecer sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública em geral é

- (A) do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Município.
- (B) da Assessoria Técnico-Jurídica.
- (C) da Coordenadoria Administrativa.
- (D) da Subprocuradoria Administrativa.
- (E) da Subprocuradoria Judicial.

97. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São José do Rio Preto, a respeito dos bens municipais, é correto afirmar que

- (A) a aquisição de bens imóveis, por doação com encargo, independe de prévia autorização legislativa.
- (B) a venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, independe de autorização legislativa.
- (C) a concessão administrativa será feita nos termos da lei, por ato unilateral do prefeito, por meio de decreto.
- (D) o Município, preferentemente à venda de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e licitação.
- (E) é vedada a concessão a particulares, para serviços transitórios, de máquinas e operadores da Prefeitura.

98. Considere que um clube de São José do Rio Preto deseja realizar um evento, sem entrada paga, destinado exclusivamente a seus associados. Por ainda não conhecer os termos do Código de Posturas do Município, um representante da entidade decide procurar o setor competente da Prefeitura para saber de que forma a legislação trata do assunto.

Com base na situação hipotética e o disposto a Lei Complementar nº 650/21, é correto afirmar que

- (A) não será necessária a obtenção de licença do Município para a realização do evento.
- (B) o clube deverá apresentar o requerimento de licença com dez dias de antecedência da data do evento.
- (C) a licença prévia será dispensada exclusivamente na hipótese de a entidade contar com um alvará prévio para a realização de atividades festivas.
- (D) será necessária a obtenção de licença prévia, devendo o organizador do evento comprovar que há no espaço área arejada e prestação de serviço de atendimento médico.
- (E) não será necessária a obtenção de licença prévia do Município, desde que o clube tenha previamente apresentado declaração, na Prefeitura, de que atende às normas e legislações que tratam da segurança e higiene, a ser renovada anualmente.

99. De acordo com a Lei nº 13.709/2021, a construção duplamente geminada, tipo vagão, destinada a servir de moradia a uma só família e geminada nas duas divisas laterais, sendo recuadas do alinhamento com as vias pública corresponde ao conceito de

- (A) Residência Unifamiliar Isolada.
- (B) Residência Multifamiliar Vertical.
- (C) Condomínio edifício.
- (D) Residência Unifamiliar Vagonada.
- (E) Conjunto habitacional.

100. De acordo com a Lei Complementar nº 05/1990, a passagem do funcionário de um determinado cargo para o imediatamente superior da mesma classe e nível corresponde ao conceito de

- (A) promoção.
- (B) readmissão.
- (C) ascensão.
- (D) progressão.
- (E) remoção.

